

WETZEL S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E** **CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Wetzel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Wetzel”) é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 11/04/1932 estão arquivados na Jucesc sob nº 4230002528-3. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.671/0001-94. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 8300 – Distrito Industrial – CEP 89219-600.

A sociedade tem como atividade operacional, a fabricação e comércio de componentes fundidos de metais ferrosos, não ferrosos e plásticos, destinados à transmissão, distribuição, instalação e iluminação de energia elétrica, e a setores industriais diversos, a fabricação e comercialização de componentes para o setor automotivo, fabricação e comercialização de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção, importação e exportação de produtos, direta ou indiretamente, relacionados com a sua atividade industrial, a prestação de serviços de usinagem, pintura e tratamento térmico de peças fundidas, de manutenção, de assistência técnica, administrativa e de assessoria, relacionados com os produtos de sua indústria e de seu comércio e a participação, no país ou no exterior, em outras sociedades, quaisquer que sejam seus objetivos sociais.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 11 de março de 2019.

A Wetzel encerrou o 4º trimestre de 2018 com uma posição de caixa consolidado de R\$ 6.140 e passivo a descoberto de R\$ 170.801.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade normal dos negócios e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o Resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e entre o Patrimônio Líquido e o Resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais

preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto. A administração da Wetzel, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Wetzel e suas controladas, considerando que a companhia possui 100% de participação na empresa Foundry Engineers e 60 % de participação na Wetzel Univolt Ind.de Plásticos Ltda.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento na sociedade controlada na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação;
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes;
- e) Destaque da participação dos não controladores no Patrimônio Líquido e no Resultado.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional “reais (R\$)” que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico NBC TG 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para “reais” pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações financeiras e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Instrumentos Financeiros

O ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a custo amortizado

Os ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos e juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes

Desreconhecimento

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para “*impairment*”, se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As propriedades para investimento, formada por terrenos, foram registradas pelo valor justo a partir de 1º de janeiro de 2012.

3.10 Imobilizado

Conforme previsto na Interpretação Técnica ITG 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando taxas conforme nota 11, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos ao Erário.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.17 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.18 Reconhecimento da Receita de Vendas

Reconhecimento

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas e agrupadas por características ou circunstâncias similares de natureza, valores, época e incertezas, levando em consideração a transferência do bem ou dos serviços prometidos, demonstrando o valor efetivamente acordado com o cliente.

Mensuração

A mensuração do preço da transação registra os valores dos bens ou serviços transferidos conforme contrato existente com o cliente utilizando os efeitos de:

- Contraprestação variável;
- Restrição de estimativas de contraprestação variável;
- Existência de componente de financiamento significativo no contrato;
- Contraprestação não monetária; e
- Contraprestação a pagar ao cliente.

A Administração adotou essa nova norma em 2018 e não identificou efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras, na qual as obrigações de desempenho são claras e, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao comprador.

3.19 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia; e

- e) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social.

3.20 Novos pronunciamentos emitidos ainda não vigentes

Novas normas ou alterações de normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

a) CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de Arrendamento Mercantil

O objetivo desta norma é garantir que a Companhia e suas controladas forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. A norma estabelece como serão reconhecidos, mensurados, apresentados e divulgados os arrendamentos a partir da vigência da norma em 01 de janeiro de 2019. Essas informações fornecerão de forma consistente a base para que usuários de demonstrações financeiras avaliem as características similares, dos contratos obtendo uma posição financeira e de desempenho uniforme nos comparativos.

A Administração avaliou os impactos do CPC 01 e, em virtude de existir apenas um contrato vigente de arrendamento financeiro relacionado com a aquisição de máquinas, a nova norma não apresenta impactos nas demonstrações financeiras.

b) ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A interpretação estabelece os requisitos de aplicação de reconhecimento e mensuração quando há incertezas sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro. A Companhia e suas controladas deverão determinar se deve considerar cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto com outros tratamentos fiscais incertos a fim de obter a melhor estimativa de resolução da incerteza.

A Companhia e suas controladas devem considerar a probabilidade de que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, apurando eventual contingência caso a autoridade conclua por não aceitar tal tratamento.

A administração realizou análise dos impactos da nova norma que entrará em vigor em 01 de janeiro de 2019 e concluiu que não ocorreu impacto em suas demonstrações financeiras.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19/11/09, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos, NBC TG nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17/12/08, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia não efetuou operações com derivativos neste exercício.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado. Os financiamentos bancários são tomados com bancos de primeira linha e suas taxas de juros são semelhantes àquelas praticadas no mercado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios, os quais seguem:

. Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

. Risco com Taxa de Juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

. Risco de Exposição Cambial Líquida e Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

A companhia demonstra abaixo a exposição cambial contábil e demonstrativo com análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio, determinado pelas Instruções nºs 475 e 550/08 da CVM.

Risco de alta da Taxa de Câmbio	Consolidado	
Em 31 de dezembro de 2018	Dólar	Euro
Cientes no Mercado Externo	221	-
Dívida Bancária	5.155	1.945
Exposição Líquida - R\$ Mil	(4.934)	(1.945)
Taxa de Câmbio	3,8748	4,4390
Exposição Líquida -Cambial	(1.273)	(438)
Com ajuste de 25% no câmbio	(6.168)	(2.431)
Com ajuste de 50% no câmbio	(7.401)	(2.917)

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida nas Instruções nºs 475/08 e 550/08.

NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes	6.072	6.136	6.140	6.157
Aplicações Financeiras	755	868	755	868
Clientes	14.628	12.200	14.900	12.200
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(172)	(103)	(172)	(103)
Dep. Judiciais trabalhistas	949	2.237	949	2.237
Dep. Judiciais tributários	1.978	1.910	1.978	1.910
Ativos Financeiros	24.210	23.248	24.550	23.269
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	27.027	26.317	27.147	26.440
Empréstimos e Financ.	74.048	69.602	74.048	69.601
Arrend. Financeiros	1.100	-	3.045	1.945
Passivos Financeiros	102.175	95.918	104.240	97.986

NOTA 6 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber de Clientes Interno	14.405	11.643	14.677	11.643
Contas a Receber de Clientes Externo	223	558	223	558
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(172)	(103)	(172)	(103)
Contas a Receber de Clientes	14.456	12.098	14.728	12.098
Adiantamentos a fornecedores	20	91	21	119
Adiantamentos a funcionários	510	98	510	98
Parcela Circulante	14.986	12.287	15.259	12.315
Total a Receber de Clientes	14.456	12.098	14.728	12.098
Total dos Adiantamentos	530	189	531	217
Total Geral	14.986	12.287	15.259	12.315
Aging List Contas a Receber de Clientes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vencidos	878	703	878	703
A vencer 30 dias	9.206	7.442	9.251	7.442
A vencer de 31 a 60 dias	4.059	3.201	4.104	3.201
A vencer de 61 a 90 dias	412	607	457	607
A vencer acima de 91 dias	73	248	210	248
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(172)	(103)	(172)	(103)
Contas a Receber de Clientes	14.456	12.098	14.728	12.098
Contas a Receber por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Reais - R\$	14.235	11.540	14.507	11.540
Dólar Norte-Americano - US\$	221	552	221	552
Euro - EUR	-	6	-	6
Contas a Receber de Clientes	14.456	12.098	14.728	12.098

Em virtude da irrelevância do ajuste a valor presente a ser efetuado em relação ao total do valor a receber de clientes, a Companhia não reconheceu nenhum ajuste nas contas a receber.

NOTA 7 - ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Produtos Acabados	5.518	3.430
Produtos em Elaboração	4.409	3.277
Matéria-Prima	2.209	2.202
Materiais Consumo Produção	3.258	2.242
Revenda	692	797
Outros Estoques	5.423	4.199
(-) Provisão para Perdas	(1.715)	(1.898)
Total dos Estoques	19.794	14.249

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS a Recuperar	-	49	13	62
IPI a Recuperar	254	220	254	220
Pis/Cofins a Recuperar	221	234	221	234
IRRF a Compensar	29	11	184	167
ICMS CIAP a Compensar	90	173	90	173
IRPJ a Compensar (nota 17)	-	-	148	148
CSLL a Compensar (nota 17)	-	-	65	65
INSS a Compensar	330	416	330	416
Outros Impostos	16	17	16	16
Total	940	1.120	1.321	1.501

NOTA 9 - ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia possui ativos contingentes sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, discutidos judicialmente desde 2003. O tema se encontra em regime de Repercussão Geral nº 69 junto ao STF com decisão favorável à exclusão, que, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso. Atualmente o processo movido pela Companhia se encontra em 2ª instância no TRF da 4ª Região. Avaliado por nossos assessores jurídicos como de Ganho Possível, os créditos não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, o que deverá ocorrer somente após o trânsito em julgado da ação favorável à exclusão.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Investimentos em Sociedades Controladas	100	88	-	-
Propriedades para Investimento	59.612	64.368	59.612	64.368
Total de Investimentos	59.712	64.456	59.612	64.368

10.1 Investimento em Sociedade Controlada

Nas demonstrações financeiras da Controladora, conforme detalhado abaixo, estão reconhecidos investimentos em sociedades controladas, tendo ciência que em 09 de novembro de 2015 foi deliberada a descontinuidade das operações da Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda.

Controladora Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	% de Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2017								
Foundry Engineers	USA	90	2	88	(5)	100,00%	(5)	88
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	Brasil	2.476	5.968	(3.492)	(286)	60,00%	(172)	-
		2.566	5.970	(3.404)	(291)	-	(176)	88

Em 31 de dezembro de 2018								
Foundry Engineers	USA	103	3	100	(2)	100,00%	(2)	100
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	Brasil	1.443	5.322	(3.878)	(387)	60,00%	(232)	-
		1.546	5.324	(3.778)	(389)	-	(234)	100

Inexistem quaisquer avais, garantias, fianças, hipotecas ou penhor concedido em favor das controladas.

10.2 Propriedade para Investimento

Terrenos	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Anterior	64.368	63.523
Baixa por venda imóvel	(1.640)	-
Ajuste valor justo	(3.116)	845
Total	59.612	64.368

Localização das Propriedades para Investimentos	Valor
Em 31 de dezembro de 2018	
Araquari	34.435
Barra Velha	452
Joinville	24.725
	59.612

NOTA 11 - IMOBILIZADO

Controladora e Consolidado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Total
Taxas médias de depreciação conforme laudo		de 4% a 10%	de 4% a 20%	de 5% a 10%	20%	de 5% a 10%	de 10% a 20%		
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	8.922	12.311	116.324	4.063	490	24.642	2.026	369	169.147
Depreciação Acumulada	-	(7.667)	(69.627)	(2.711)	(453)	(19.446)	(1.757)	-	(101.661)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(11.570)	(231)	(11)	(216)	(15)	-	(12.043)
Valor contábil líquido	8.922	4.644	35.127	1.120	26	4.981	254	369	55.443
Adições	-	96	3.555	11	160	62	25	1.010	4.914
Baixas	-	-	(1.050)	0	-	(6)	(65)	(30)	(1.150)
Depreciação	-	(419)	(2.607)	(117)	(14)	(1.050)	(144)	-	(4.350)
Baixas da Depreciação	-	-	605	1	-	3	64	-	672
Imparidade e Provisão Perda	-	-	594	17	-	26	1	-	638
Saldo Final	8.922	4.321	36.224	1.032	172	4.016	135	1.349	56.171
Em 31 de dezembro de 2018									
Custo	8.922	12.407	118.829	4.074	650	24.698	1.986	1.349	172.915
Depreciação Acumulada	-	(8.086)	(71.629)	(2.828)	(467)	(20.492)	(1.837)	-	(105.339)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(10.975)	(214)	(11)	(190)	(15)	-	(11.405)
Valor contábil líquido	8.922	4.321	36.225	1.032	172	4.016	134	1.349	56.171

A Wetzel possui aquisições através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro que foram registrados de forma similar às operações de financiamentos, e em contrapartida estão sendo apresentados no imobilizado. O registro dessas aquisições é de R\$ 3.480 de custo de aquisição, depreciação acumulada de R\$ 986 e o valor contábil líquido de R\$ 2.494 em 31/12/2018.

Atendendo a Deliberação CVM nº 583/09 e Pronunciamento Técnico NBC TG 27, ocorreu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado.

Na adoção inicial, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos com a utilização do conceito de custo atribuído, mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ITG 10, através de laudo emitido por empresa especializada.

Do total da depreciação do consolidado lançada no resultado até dezembro de 2018, no valor de R\$ 4.350, R\$ 4.003 estão no CPV e R\$ 347 nas despesas administrativas/comerciais.

NOTA 12 - REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Nos anos de 1991, 1994 e 2002 a controladora procedeu a reavaliação de alguns itens do imobilizado (máquinas e equipamentos e terrenos).

O montante total líquido dos tributos, em 31/12/2018 das reavaliações efetuadas é de R\$ 559 líquido das parcelas já realizadas por imparidade, por depreciação e/ou alienação que foram transferidas para a conta de Prejuízos Acumulados. O montante realizado líquido durante o ano foi de R\$ 63.

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter a Reserva de Reavaliação registrada no Patrimônio Líquido, sendo que a sua realização integral ocorrerá quando da alienação, depreciação ou baixa dos respectivos ativos.

NOTA 13 – INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado	
	Programas de Computador	Total
Taxas anuais de amortização	20%	
Em 31 de dezembro de 2017		
Custo	4.524	4.524
Amortização Acumulada	(3.819)	(3.819)
Imparidade	(80)	(80)
Valor contábil líquido	625	625
Adições	38	38
Amortização	(356)	(356)
Imparidade	2	2
Saldo Final	308	308
Em 31 de dezembro de 2018		
Custo	4.561	4.561
Amortização Acumulada	(4.175)	(4.175)
Imparidade	(78)	(78)
Valor contábil líquido	308	308

Do total da amortização do consolidado lançada no resultado de dezembro de 2018, no valor de R\$ 356, R\$ 32 estão no CPV e R\$ 324 nas despesas administrativas/comerciais.

NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

Anualmente ou quando houver indicação de que ocorreu uma perda, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos tiveram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

NOTA 15 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	27.027	26.317	27.147	26.440
Obrigações Sociais/Trabalhistas	25.561	20.615	25.561	20.615
Obrigações Tributárias	9.125	6.389	9.125	7.114
Impostos Parcelados	4.336	3.771	5.127	3.774
Adiantamentos de Clientes	241	387	241	387
Outras Contas a Pagar	4.094	4.047	4.098	4.048
Parcela Circulante	70.384	61.526	71.299	62.378
Impostos Parcelados e REFIS	99.689	85.567	99.689	85.567
Obrigações Sociais/Trabalhistas	5.304	1.515	5.304	1.515
Outras Contas a Pagar	64.620	64.149	62.517	63.014
Parcela Não Circulante	169.613	151.231	167.510	150.096
Total a Pagar a Fornecedores	27.027	26.317	27.147	26.440
Total de Outras Contas a Pagar	212.970	186.440	211.662	186.034
Total Geral	239.997	212.757	238.809	212.474

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aging List Contas a Pagar				
Vencidos	18.355	18.699	18.475	18.810
A vencer 30 dias	6.847	7.339	6.847	7.351
A vencer de 31 a 60 dias	653	219	653	219
A vencer de 61 a 90 dias	267	19	267	19
A vencer acima de 91 dias	905	41	905	41
Contas a Pagar a Fornecedores	27.027	26.317	27.147	26.440

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Pagar por Tipo de Moeda				
Reais - R\$	27.027	26.317	27.147	26.440
Contas a Pagar a Fornecedores	27.027	26.317	27.147	26.440

NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante						
Modalidade	Taxa Média	Garantia				
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até taxas pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	5.739	4.319	5.739	4.319
BRDE/BADESC	IGP-m + 6,5% aa	Imóveis / Aval	2.621	3.548	2.621	3.548
Capital de Giro - Pré-Pagto	Libor + 3,30% aa	Aval	3.009	3.009	3.009	3.009
Capital de Giro e NCE	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497% am	Duplicatas	14.045	13.740	14.045	13.740
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	20.834	17.960	20.834	17.960
Prodec II	Variação da UFIR + 1% aa	Aval	5.124	5.124	5.124	5.124
Financ. Direto com Fornec.	-	-	3.314	3.711	3.314	3.711
ACC	VC + 4,10% aa	-	2.146	2.146	2.146	2.146
Leasing	VC + 6,483% aa	Aval / Duplicatas	320	-	320	-
Duplicatas Descontadas	1,50 a 1,53% am	Duplicatas	3.796	1.844	3.796	1.844
Fomento	1,70 a 1,80% am	Duplicatas	2.413	-	2.413	-
Leasing	VC + 6,483% aa	Alienação Fiduciária	-	-	1.945	1.945
Total do Circulante			63.361	55.401	65.306	57.346
Modalidade	Taxa Média	Garantia				
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até Taxas Pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	1.958	3.406	1.958	3.406
Capital de Giro e NCE	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497% am	Duplicatas	125	608	125	608
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	3.770	5.895	3.770	5.895
Financ. Direto com Fornec.	-	-	5.154	4.291	5.154	4.291
Leasing	DI + 7,4052% aa	Aval / Duplicatas	780	-	780	-
Total do Não Circulante			11.787	14.200	11.787	14.200
Total de Empréstimos e Financiamentos			75.148	69.601	77.093	71.546
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Por Data de Vencimento						
Em até 6 meses			59.443	55.040	61.388	56.985
De 6 meses a 1 ano			3.918	4.637	3.918	4.637
De 1 a 2 anos			4.858	4.921	4.858	4.920
De 3 a 5 anos			6.858	4.481	6.858	4.481
Acima de 5 anos			71	523	71	523
Total de Empréstimos e Financiamentos			75.148	69.601	77.093	71.546
			31/12/2018		31/12/2018	
Por Tipo de Moeda						
Reais - R\$			69.993	64.446	69.993	64.446
Dólar Norte-Americano - US\$			5.155	5.155	5.155	5.155
Euro - EUR			-	-	1.945	1.945
Total de Empréstimos e Financiamentos			75.148	69.601	77.093	71.546
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Por Indexação						
Taxas Pré-Fixadas			35.978	30.259	35.978	30.259
Taxas-Pós Fixadas			39.170	39.342	41.115	41.287
Total de Empréstimos e Financiamentos			75.148	69.601	77.093	71.546

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial		69.601	74.397	71.546	76.342
Captação de Empréstimos e Financiamentos		39.036	12.352	39.036	12.352
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos		(34.954)	(16.983)	(34.954)	(16.983)
Juros sobre Empréstimos Pagos		(371)	(396)	(371)	(396)
Juros sobre Empréstimos		1.833	231	1.833	231
Saldo Final		75.148	69.601	77.093	71.546

A companhia possui empréstimos com taxa de juros subsidiadas pelo PRODEC. A diferença entre os encargos cobrados e os encargos que seriam devidos considerando as taxas de juros de mercado atingiu R\$ 59 no 4º Trimestre de 2018.

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo				
IRPJ à compensar	-	-	148	148
CSLL à compensar	-	-	65	65
Total Ativo Circulante	-	-	213	213
IRPJ - Crédito Tributário Diferido	11.401	11.561	11.401	11.561
CSLL - Crédito Tributário Diferido	3.943	4.001	3.943	4.001
Total Ativo Não Circulante	15.344	15.563	15.344	15.563
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo				
IRPJ sobre diferenças temporárias	24.843	24.906	24.843	24.906
CSLL sobre diferenças temporárias	8.943	8.966	8.943	8.966
Total Passivo Não Circulante	33.785	33.871	33.785	33.871

17.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora e Consolidado					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Total
Em 31 de Dezembro 2017	15.563	15.563	8.979	13.933	10.959	33.871
Constituição dos Tributos	14.896	14.896	5.580	304	-	5.884
Baixa dos Tributos	(15.115)	(15.115)	(4.048)	(1.364)	(558)	(5.970)
Em 31 de Dezembro 2018	15.344	15.344	10.511	12.873	10.401	33.785

17.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão IRPJ	-	-	-	4
Provisão CSLL	-	-	-	3
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	(139.180)	(148.004)	(139.180)	(148.004)
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	(50.104)	(53.279)	(50.104)	(53.279)
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	139.082	164.285	139.082	164.285
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	50.069	59.143	50.069	59.143
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	(133)	22.145	(133)	22.152

NOTA 18 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Com base em informações dos assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores, a Companhia mantém provisionadas contingências de natureza trabalhista e tributária, cuja estimativa de perda é considerada provável.

	Trabalhistas	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.300	35.424	36.724
Depósitos Judiciais Relacionados	630	-	630
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2017	670	35.424	36.094
Constituição de provisões	-	816	816
Provisões utilizadas	(385)	-	(385)
Em 31 de dezembro de 2018	915	36.240	37.155
Depósitos Judiciais Relacionados	382	-	382
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2018	533	36.240	36.773

As contingências tributárias estão relacionadas principalmente as discussões judiciais relativas aos impostos federais (IRPJ, CSLL, IPI e COFINS).

Contingências Tributárias	31/12/2018	31/12/2017
Processos RFB	1.278	1.253
Processos PGFN	34.962	34.171
Total	36.240	35.424

O valor provisionado referente Processos PGFN, trata-se da discussão a título de IRPJ e CSLL (Processo nº 0000254-03.2010.404.7201) que já teve sentença publicada em 2013 com efeito suspensivo diferido por meio da oposição dos Embargos à Execução nº 5001542-61.2011.404.7201, havendo assim uma redução de 39,20% sobre o montante originalmente exigido. Portanto, continua sendo provisionado o saldo remanescente que se mantém em discussão.

O Processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região para apreciação dos Recursos de Apelação, tanto pela Companhia quanto pela União. O feito está garantido por meio de penhora de bens móveis e imóveis.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, no montante estimado de R\$ 1.350, cujo risco de perda foi avaliado como “possível” e para os quais não foram constituídas provisões.

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

19.1 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionadas	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	Outras Contas a Receber		Outras Contas a Receber	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Wetzel Univolt Ind.Plásticos Ltda	2.241	2.213	-	-
CWS Participações S.A	-	1.621	-	1.621
	2.241	3.834	-	1.621
	Passivo		Passivo	
	Outras Contas a Pagar		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CWS Participações S.A	5.971	6.370	6.007	7.141
Cachoeria Arrendamentos e Armazens Gerais Ltda	6.694	6.711	6.694	6.711
Dietzel GMBH	-	-	188	188
	12.665	13.081	12.889	14.041

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

Não houve transações com a empresa Foundry Engineers no período.

19.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no NBC TG 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração Diretoria	1.157	1.131
Remuneração Conselho Administração	125	121
Total	1.282	1.252

NOTA 20 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS

Atendendo à Instrução CVM nº 346 de 29/09/2000, a Wetzel informa que em 28/03/2000 aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O valor consolidado da operação se encontra detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
IPi	11.458	2.281	10.563	24.302
IRRF	47	9	70	126
COFINS	4.318	1.010	3.958	9.286
PIS	931	182	664	1.777
INSS	17.878	3.758	11.710	33.346
TOTAL	34.632	7.240	26.965	68.837
(-) Compensação prejuízos fiscais e base negativa CSLL				(12.380)
VALOR DO REFIS				56.457

O saldo em 31.12.2018 apresenta-se da seguinte forma:

Composição REFIS	
Valor original	56.457
Encargos calculados	76.723
Pagamentos efetuados de 1,2% sobre o faturamento	(41.765)
Saldo em 31/12/2018	91.415

Por estarem configuradas as hipóteses de exclusão previstas no art.5º, inciso II da Lei nº 9.964/00, foi publicada a Portaria nº 43/17 no Diário Oficial da União declarando que a Wetzel foi excluída do Refis a partir de 01/10/17.

NOTA 21 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, no valor de R\$ 47.147 é formado de 2.058 mil ações, sendo 686 mil ações ordinárias e 1.372 mil ações preferenciais.

As ações preferenciais têm como vantagem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

NOTA 22 - RECEITAS DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vendas Mercado Interno	191.242	139.130	191.242	139.130
Vendas Zona Franca de Manaus	718	125	718	125
Revenda no Mercado Interno	17.209	14.345	17.209	14.345
Vendas Mercado Externo	4.004	5.625	4.004	5.625
Outras Vendas	6.402	4.796	6.402	4.796
(-) Devoluções e Abatimentos	(3.929)	(2.985)	(3.929)	(2.985)
(-) Impostos sobre as Vendas	(52.650)	(39.463)	(52.650)	(39.463)
Receita de Vendas	162.996	121.573	162.996	121.573

NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Financeiras				
Juros sobre Capital de Giro	(182)	(255)	(92)	(255)
Juros sobre Financiamentos	(5.796)	(5.409)	(5.796)	(5.409)
Variação Cambial	266	(98)	266	(98)
Outras Despesas	(9.479)	3.369	(9.585)	3.232
Total de Despesas	(15.191)	(2.393)	(15.207)	(2.530)
Receitas Financeiras				
Variação Cambial	172	7	172	7
Aplicações Financeiras	50	79	50	79
Outras Receitas	140	2.590	140	2.602
Total de Receitas	362	2.676	362	2.688
Resultado Acumulado	(14.829)	283	(14.845)	158

NOTA 24 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação

	31/12/2018	31/12/2017
Numerador		
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(21.627)	4.266
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(10.814)	2.133
	(32.441)	6.399
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	1.372	1.372
Quantidade de ações ordinárias emitidas	686	686
Total	2.058	2.058
Resultado básico e diluído por ação (em reais mil)		
Ação preferencial	(15,7634)	3,1093
Ação ordinária	(15,7634)	3,1093

Ajuste retrospectivo

Conforme requerido pelo NBC TG 41/IAS 33, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações de acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 10/09/15.

NOTA 25 - COBERTURA DE SEGUROS

A controladora e controlada mantém a política de cobrir com seguros seus principais ativos imobilizados e estoques, considerando a sua natureza e o grau de risco relacionado (informação não auditada). Os seguros contratados cobrem os riscos relacionados a incêndio, vendaval, raios/explosão, danos elétricos, extravasamento de materiais em fusão, roubo qualificado, alagamento/inundação com o limite máximo de indenização em R\$ 53.700, com vigência de 14/04/18 à 14/04/19.

A Administração considera que o montante de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais, comerciais e administrativas.

NOTA 26 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de forma consolidada de acordo com o NBC TG 22 – Informações por Segmento. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Consolidado	31/12/2018	31/12/2017
Receita Operacional Líquida Alumínio	59.700	44.220
Receita Operacional Líquida Ferro	63.298	44.918
Receita Operacional Líquida Eletrotécnica	39.998	32.435
Receita Operacional Líquida Total	162.996	121.573
Depreciação e Amortização	(4.706)	(5.126)
Receitas Financeiras	362	2.688
Despesas Financeiras	(15.207)	(2.530)
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	(133)	22.152
Lucro(prejuízo) Líquido do Exercício	(32.441)	6.399
Ativo Imobilizado e Intangível	56.479	56.068
Ativo Total	178.886	179.515
O Ativo Inclui: Adições ao Imobilizado	4.952	842
Passivo Total	178.886	179.515

NOTA 27 - CRÉDITOS ELETROBRÁS

Com base em decisão transitada em julgado favorável do STF sobre o Agravo de Instrumento 560505 vinculado ao Processo 990102179-0, a Companhia teve reconhecido a seu favor o direito a restituição referente correção monetária e juros sobre empréstimo compulsório da Eletrobrás no valor de R\$ 19.514, sendo que foram recebidos 50% antecipado em julho/2015 e o saldo remanescente foi depositado em conta da Justiça Estadual/SC em 02/12/16 e colocado à disposição do Sr. Excelentíssimo Juiz responsável pela recuperação judicial.

No período de 2017 e 2018 foram autorizados saques prévios para pagamentos de credores da recuperação judicial, o último ocasionando no 4º trimestre de 2018 onde foi liberado R\$ 552 para pagamentos de créditos trabalhistas adicionais.

NOTA 28 - DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a reclamações trabalhistas e discussões que a Companhia mantém sobre questões tributárias e previdenciárias, acompanhados de processos judiciais regulares.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	382	630
Depósitos Judiciais - Outros	567	1.606
Previdenciário-FAP	1.978	1.910
Total	2.927	4.146

NOTA 29 - DESONERAÇÃO FOLHA

A Companhia se enquadra na Lei 12.546/11 em seu art.8º, alterada pela Lei 13.161/15 onde contribuirá a alíquota de 2,5% em substituição as contribuições previstas nos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/91. Em contrapartida reduz-se o valor da contribuição dos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/91 ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de fabricação dos produtos inclusos no art.8ºA da Lei 13.161 e a receita bruta total.

A opção pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a Receita Bruta relativa à competência dezembro de 2017 previsto no art. 1º § 6º da IN 1597 de 01/12/15 e permanece vigente através da Lei 13.670 de 30/05/18.

NOTA 30 - ATIVOS DESTINADOS A VENDA

Com o fim das atividades da controlada Wetzel Univolt Indústria Plásticos Ltda., desde novembro de 2015, o ativo imobilizado foi reclassificado para o ativo destinado à venda, no ativo circulante. Os ativos estão avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil líquido e o valor de venda, líquido dos custos de comercialização.

Ativos Destinados a Venda	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Máquinas e Equipamentos	2.030	2.130
(-) Baixa por venda	(1.322)	(100)
Móveis e Utensílios	38	38
Total	746	2.068

Parte desses ativos foram adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos. O registro dessas aquisições é de R\$ 846 de custo de aquisição, depreciação acumulada de R\$ 345 e o valor contábil líquido de R\$ 501 em 31/12/2018.

NOTA 31 - INSTRUMENTO DE GARANTIA DE FORNECIMENTO

A companhia possui um CDB, onde a fornecedora de energia elétrica Engie Brasil figura como beneficiária em caso de inadimplência de pagamentos pela Wetzel. Em 2018, o saldo dessa garantia é de R\$ 755.

NOTA 32 - PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT

A Wetzel aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT de acordo com a Lei 13.496/17. Em fevereiro/2018 foi realizada a consolidação na PGFN de acordo com a Portaria 1207/2017, em agosto/2018 foi prestada informações para consolidação PERT RFB – Previdenciários conforme IN1822/2018, já em dezembro/2018 foi feita a consolidação do PERT RFB - Demais Débitos.

A composição do PERT apresenta-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	VALOR CONSOLIDADO	REDUÇÃO MULTAJUROS	PREJUÍZO FISCAL/ BC NEGATIVA CSLL	VALOR ORIGINAL	ATUALIZAÇÃO SELIC	PARCELAS PAGAS	SALDO EM 31/12/2018
PERT RFB - Demais Débitos	10.369	(1.842)	(8.009)	518	4	(522)	-
PERT RFB - Previdenciários	10.372	(2.182)	(7.671)	519	6	(525)	-
PERT PGFN - Demais Débitos	14.962	(5.211)	(9.002)	748	8	(756)	-
PERT PGFN - Previdenciários	4.042	(1.404)	(2.436)	202	1	(203)	-
PERT SESI/SENAI (Restam 128 parc.)	828	(169)	-	658	41	(94)	605
TOTAL	40.572	(10.808)	(27.119)	2.645	60	(2.100)	605

NOTA 33 - EVENTO SUBSEQUENTE

Recuperação Judicial

A Wetzel ajuizou ação de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05, e o processo foi distribuído à 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville, recebendo o nº 0301750-45.2016.8.24.0038.

Segue demonstrativo com o decorrer do processo:

Data	Descrição do Evento
03/02/2016	Ajuizada ação de recuperação judicial.
11/02/2016	Deferido o pedido pelo juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (decisão proferida nos termos do art. 52 da Lei 11.101/05).
02/03/2016	Publicado o edital a que alude o art. 52, §1º, da Lei 11.101/05, no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) e no jornal A Notícia.
15/06/2016	Apresentado o Plano de Recuperação Judicial e também publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJe).
18/10/2016	Não foi instalada a AGC – Assembléia Geral de Credores por insuficiência de quórum qualificado.
22/11/2016	Instalada a AGC com quórum simples, mas teve pedido de suspensão pelo Credor Banco do Brasil.
23/02/2017	Suspensa a AGC a pedido de credores.
25/04/2017	Suspensa a AGC a pedido de credores.
13/06/2017	Continuação da Assembleia Geral de Credores, realizou-se a votação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo na forma da lei, os ausentes tiveram os votos computados com abstenção e por consequência foram retirados da base de cálculo da votação e os presentes tiveram seus votos registrados por meio eletrônico. Na votação obteve-se aprovação do plano por 100% da classe trabalhista, 100% da classe de credores de garantia real, 59,52% dos credores quirografários e 91,66% da classe de microempresas ou empresas de pequeno porte. Sendo assim, sem oposição dos presentes foi proclamado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo, na forma do art. 42 da Lei 11.101/2005.
28/07/2017	Publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 2635, págs. 943 - 946 o Plano de Recuperação Judicial Modificativo, aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 13/06/2017, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (SC).

A decisão homologatória apresentou ressalvas quanto a pontos específicos constantes no Plano de Recuperação Judicial e foi objeto de agravos de instrumento interpostos pela Wetzel e por dois credores quirografários (Banco do Brasil e Banco Santander). Em 24/05/2018 foi negado provimento aos recursos dos Bancos, decidindo os Desembargadores pela manutenção da decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores. O Agravo de Instrumento interposto pela Wetzel continua pendente de decisão judicial em segunda instância.

Independente dos recursos, o Plano de Recuperação Judicial, naquilo que não foi afetado pelas pendências citadas, está sendo cumprido e, especificamente, já estão sendo pagos, antecipadamente, os créditos habilitados na Classe I (trabalhistas), Classe IIIA (quirografários até R\$ 5.000,00) e Classe IVA (microempresas e empresas de pequeno porte até R\$ 5.000,00).

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial Modificativo, em paralelo está sendo constituída provisão de correção monetária para os créditos com garantia real (Classe II) e créditos quirografários de credores por aluguéis de imóveis operacionais (Subclasse IIIC). Até o 4º trimestre de 2018, o montante da provisão dessas correções monetárias corresponde a R\$ 1.170. Com relação às demais classes, a correção monetária ocorrerá a partir do trânsito em julgado da decisão de concessão da recuperação judicial.

Sendo assim, apenas os efeitos mencionados anteriormente impactaram nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em razão do processo de recuperação judicial.

As informações relativas ao processamento do pedido de recuperação judicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas, na forma da legislação vigente.